

EDUCAÇÃO DE ADULTOS – OS CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: UMA ALTERNATIVA PARA O EXERCÍCIO GLOBAL DE CIDADANIA

Ivone Tambeli Schimdt¹
Wilson Roberto Lussari²

RESUMO: Este trabalho é resultado da reflexão conjunta de seus autores em relação às práticas pedagógicas adotadas para a Educação de Adultos em cursos profissionalizantes – e à importância dos conteúdos programáticos na formação do indivíduo. Um dos desafios da atualidade é a formação do cidadão comprometido com o trabalho e a ética, aliados à competência. Os cursos profissionalizantes exercem importante papel nessa formação, não só pela aquisição e/ou ampliação de conhecimentos específicos como também oferece subsídios para melhor integrá-lo na sociedade. É indispensável ao indivíduo apropriar-se dos recursos e meios disponíveis no mercado aliados às novas tecnologias, para conferir-lhe um novo perfil de profissional sem, contudo, desprezar os fins educacionais que contribuem para o crescimento da pessoa. Cidadania não acontece, não é algo pronto, mas uma construção permanente do indivíduo, adquirindo novas posturas para viver em sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de adultos; cursos profissionalizantes; cidadania; práticas pedagógicas.

EDUCATION OF ADULTS — PROFESSIONALIZING COURSES, AN ALTERNATIVE FOR THE CITIZENSHIP EXERCISE

ABSTRACT: This paper is the result of a joint reflection of its authors in relation to the pedagogical praxis used for the Education of Adults in training courses - and to the importance of the contents in a person education. One of the challenges of the current time is the education of the citizen committed to work, ethics as well as competence. The training courses play important role in this formation, not only for the acquisition and/or magnifying of specific knowledge but it also offers subsidies to integrate those people in the society better. It is indispensable to the individual to have the resources and available ways in the market as well

¹ Livre docente pela UNESP; Professora da UNOESTE. E-mail: ivonetambelli@uol.com.br

² Mestre em Educação pela UNOESTE. E-mail: wlussari@unoeste.br

as new technologies, to give those people a new professional profile however without disdaining the educational ends that contribute for the growth of a person. Citizenship does not happen, is not something ready, but a permanent construction which gets new postures in order to live in society.

KEY-WORDS: adults Education; training courses; citizenship; pedagogical praxis.

Uma nova pedagogia, visando a reeducação de adultos, faz-se necessária, tendo em vista a alienação generalizada que se instaurou na sociedade moderna, nas relações do homem com o trabalho, do homem com os outros homens e do homem consigo mesmo. (PEREIRA, 2005).

Este trabalho é resultado da reflexão conjunta de seus autores em relação às práticas pedagógicas, na Educação de Adultos – formação continuada, cursos profissionalizantes e os chamados “cursos de capacitação” – e à importância dos conteúdos programáticos na formação do indivíduo.

Um dos maiores desafios da atualidade é a formação do cidadão de maneira completa. Nesse ponto, a educação tem um importante papel, visto que, por meio dela, pode-se contribuir para a formação do cidadão de amanhã. O educador desempenha papel significativo na formação do educando. É indispensável ao indivíduo apropriar-se dos recursos e meios disponíveis no mercado, para conferir-lhe um novo perfil profissional, sem, contudo, menosprezar os fins educacionais que contribuem para o crescimento da pessoa na sua humanidade, na realização e atualização de suas potencialidades, isto é, para ajudá-lo a tornar-se cidadão. Com efeito, essa Cidadania não se recebe de graça, não é algo pronto, mas que envolve uma construção permanente da pessoa e dos seus direitos na sociedade.

Cabe à educação cumprir com clareza os objetivos sociais que a ela são atribuídos, como, também, que finalidades a educação deve assumir e como deve orientar suas ações. Os mentores das futuras gerações devem preparar-se devidamente para a missão de orientarem com segurança os homens de hoje e de amanhã.

Delors (1999, p. 89) afirma que:

A educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos,

adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. [...] À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele.

A educação continuada e os cursos profissionalizantes, na formação profissional dos adultos, têm por objetivo o aprimoramento de recursos humanos que envolvem a aprendizagem, como um agente de mudança o qual não se reduz apenas a uma etapa da vida, mas disseminado de maneira permanente no “habitat” do trabalho. Educação que proporciona qualidades permanentes e dinâmicas que enriquecem na linha do agir e do fazer, que exige esforço e persistência, para uma ação mais lúcida, mais ágil e pessoal.

No ato de “aprender a aprender”, atualmente não é possível dispensar o acesso aos recursos disponíveis, como a internet, que tem um profundo significado em termos de educação de adultos. Não no sentido de subjugar o ser humano, mas de transformação pessoal e, ao mesmo tempo, com sua participação transformar a própria sociedade.

No ambiente de trabalho, a educação tem encontrado um fértil terreno para sua expansão. Considerado positivista por excelência, o treinamento profissional nas empresas tem lançado mão do maior número possível de recursos audiovisuais, para mostrar ao funcionário as técnicas produtivas. Adicionalmente à quantidade, a qualidade se expressa pela profusão de tecnologias de última geração, as quais remetem a audiência a uma clara demonstração da sintonia da empresa com o trabalho, e seus instrumentos, do futuro.

Entretanto, a educação no ambiente de trabalho tem conduzido a uma crescente alienação do operário em relação ao seu próprio trabalho, por enaltecer mais a habilidade de execução de uma tarefa repetitiva, do que o domínio mais amplo dos conteúdos de um dado conhecimento. Em decorrência do próprio processo de produção capitalista, o indivíduo tem importância para a organização na mesma proporção em que ele é capaz de agregar valor ao que produz, e não apenas pelo seu grau de conhecimento da empresa. Quando o indivíduo deixar de produzir resultados rentáveis, a empresa irá substituí-lo.

Sendo assim, a educação técnico-profissional busca amoldar o indivíduo ao processo produtivo da organização, fornecendo-lhe a base mínima necessária para desempenhar suas funções produtivamente. Além disso, é a empresa que financia o processo de aprendizado e, como tal, é passível de ser submetido aos interesses de seus proprietários, ou

dirigentes.

Tal perspectiva tem suas raízes na própria mudança de foco da função social da educação, como aponta Tedesco (1995, p.11), no livro *Sociologia da Educação*:

[...] abandonou-se a ênfase no efeito valorativo da ação pedagógica escolar, transportando-a para os seus efeitos diretos sobre os benefícios individuais e sociais, medidos agora em termos econômicos. A formação do *cidadão* – representativo da primeira formulação – foi substituída pela formação do *recurso humano*, considerado vital para o desenvolvimento econômico a nível social e para o acesso a posições mais elevadas no plano individual.

Mais recentemente, o próprio peso de sentido econômico pela expressão *recurso humano* levou a uma revisão do termo, inserindo então o termo *colaboradores*. Não obstante, mudou-se o termo, mas a prática continuou a mesma.

Considerando-se tal mudança de orientação, não surpreende que a educação no ambiente de trabalho apenas treine, deixando de dar a devida atenção à formação do cidadão ou, na melhor das hipóteses, oferecendo uma formação parcial do cidadão, que esteja de acordo com o modelo definido pela classe dominante.

Esse distanciamento entre criador e criatura, expresso na separação dos meios de produção e na divisão do trabalho, serviu de terreno fértil para a pedagogia tecnicista.

Nesse particular, Bertan (1994, p.71), em sua tese de doutorado *Aspectos da Trajetória do Ideal de Liberdade na Educação Brasileira: 1930-1990* lembra:

[...] pode-se afirmar que a escola tecnicista concretiza uma educação visando ao mercado de trabalho, de maneira que a classe trabalhadora, incorporando os elementos organizativos e burocráticos, se adapta às variações do mercado de trabalho na sociedade capitalista, materializando a liberdade do outro e não de si própria, como afirma, com propriedade, Kawamura: “A valorização do trabalho pedagógico tem como referência parâmetros técnicos e burocráticos em detrimento, muitas vezes, da afirmação propriamente dita do educando”.

Por outro lado, a gigantesca transformação de uma sociedade industrial para uma sociedade de informação trouxe, no seu bojo, uma mudança nos requisitos exigidos para a atuação dos indivíduos: da noção de qualificação à noção de competência.

Na indústria especialmente para operadores e os técnicos, o domínio do cognitivo e do informativo nos sistemas de produção, torna obsoleta a noção de qualificação profissional e leva a que se dê muita importância à competência pessoal. O progresso técnico modifica, inevitavelmente, as qualificações exigidas pelos novos processos de produção. As tarefas puramente físicas são substituídas por tarefas de produção mais intelectuais, mais mentais, como o comando de máquinas, a sua manutenção e vigilância, ou por tarefas de concepção, de estudo, de organização à medida que as máquinas se tornam, também, *inteligentes* e que o trabalho se *desmaterializa*. (DELORS, 1999, p. 93)

Também como decorrência do processo de desenvolvimento ocorrido ao longo do século XX, Marcondes Filho (1993, p. 85), no livro *Jornalismo Fin-de-Siècle*, aponta que o ser humano sofreu um certo desencanto com respeito à Modernidade: “Ao invés de levar ao bem-estar, o desenvolvimento da técnica conduziu a formas desumanas e anti-humanas de se organizar a sociedade”.

Um outro ponto que provocou uma forte mudança no ser humano, ao final do século XX, foi a consciência da compressão do tempo, pois, a cada momento, o ser humano é induzido a absorver mais incumbências e compromissos, para poder viver em sociedade. Tal perspectiva deriva da necessidade de o indivíduo atuar em um ambiente de múltiplas organizações, nas quais desempenha múltiplos papéis, bem como de ele dispor de tempo para se informar e atualizar, a fim de garantir sua sobrevivência no seio de cada uma delas, e de poder-se inserir em mais algumas.

Uma vez que vivemos em uma sociedade capitalista, as organizações acabam replicando esse modelo, em suas ações, a fim de sobreviverem em tal ambiente. Sendo um elemento inserido nesse contexto, também a organização não lucrativa afigura-se como um agente econômico que carrega em si uma pesada influência da cultura capitalista.

Diante de um mundo dominado pela incerteza, em que o século XX descobriu a perda do futuro, Morin (2000, p. 79), no livro *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*, aponta que as organizações necessitam de um novo tipo de indivíduo, que saiba atuar, em nome da organização, nesse cenário de incerteza.

Morin (2000, p. 84) indica que há uma nova exigência de educação:

[...] a educação do futuro deve se voltar para as incertezas ligadas ao conhecimento, pois existe:

- um princípio de incerteza cérebro-mental, que decorre do processo de tradução/reconstrução próprio a todo conhecimento.
- um princípio de incerteza lógica: como dizia Pascal muito claramente, “nem a contradição é sinal de falsidade, nem a não contradição é sinal de verdade”.
- um princípio da incerteza racional, já que a racionalidade, se não mantém autocrítica vigilante, cai na racionalização.
- um princípio da incerteza psicológica: existe a impossibilidade de ser totalmente consciente do que se passa na maquinaria de nossa mente, que conserva sempre algo de fundamentalmente inconsciente.

Outra exigência vem de Delors (1999, p. 89), que argumenta que já não podemos mais ter um tempo de aprender e um tempo de usufruir desse aprendizado, e que a educação, para poder dar uma resposta ao conjunto das suas missões, deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais, as quais, ao longo de toda a vida, serão, de algum modo para cada indivíduo, os quatro pilares do conhecimento:

Aprender a conhecer, combinando uma cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalhar em profundidade um pequeno número de matérias. O que também significa: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação, ao longo de toda a vida.

Aprender a fazer, a fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Mas também aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho que se oferecem aos jovens e adolescentes, quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional, quer formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.

Aprender a viver juntos, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.

Aprender a ser, para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal.

Para isso, não negligenciar na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se.

Morin e Delors mostram que o indivíduo de hoje não pode ficar alheio às mudanças de seu tempo, independentemente de seu nível de relacionamento com o ambiente. Não reconhecer essa realidade faz da pessoa um eremita social, obrigando-a a renunciar a seu papel de agente social transformador e transformado.

A FORMAÇÃO CONTINUADA

De uma forma ampla, ao proceder a uma intervenção no processo de aprendizagem do indivíduo, realizamos uma educação ou uma transformação educacional. Porém, temos que perceber que essa educação tecnicista, voltada para o dia-a-dia profissional, provoca, à luz da educação desejada para transformar o cidadão, certo estranhamento, visto que nos leva a entender que o treinamento será pura e simplesmente mecânico.

Na prática da ação de oferecer treinamento ao empregado (não vamos utilizar deliberadamente o termo corrente *colaborador*), a empresa não tem como negar que não está inserindo um novo programa de computador em uma máquina. Ela está oferecendo, pragmaticamente, uma atualização de conhecimentos, necessários e desejáveis aos seus resultados econômicos. E, para ser atrativo e digerível pelo empregado, é necessário que se agreguem outros elementos, que agucem os sentidos, em direção aos objetivos finais.

Assim, a empresa precisa introduzir, em todo e qualquer programa de capacitação ou atualização, propostas e temáticas relevantes ao ser humano, que direcionem sua atenção para um aprendizado complementado (ou temperado) com ingredientes que ele possa utilizar imediatamente, em seu dia-a-dia. Como visto por Lussari e Schmidt (2003, p.30), a empresa tem uma série de características com as quais trabalha, para motivar e direcionar o empregado. No entanto, isso não significa que a empresa tem total controle sobre o comportamento do indivíduo, mesmo dentro da suas fronteiras (ou alcance). A necessidade de se trabalhar o ser humano é uma característica constante de todo e qualquer programa de capacitação profissional

OS CURSOS PROFISSIONALIZANTES

As instituições SENAR, SENAC, SESI, SENAI e as escolas

estaduais que oferecem cursos profissionalizantes, como o Centro Paula Souza - CEETEPS/UNESPⁱ - têm oferecido à população cursos profissionalizantes com melhor possibilidade de ingresso no mercado de trabalho e, também, nos diversos segmentos da sociedade para quem dará sua contribuição profissional.

O SESI e o SENAI, além de visar à qualificação, requalificação e a atualização profissional para os níveis operacionais, técnico e tecnológico das empresas, promovem parcerias com a iniciativa privada, governos e com organizações não-governamentais, que permitem realizar projetos sociais em larga escala, elevando o acesso da população à educação formal e aos programas de geração de renda e emprego.

Não podemos deixar de salientar o papel do SENAR, o qual oferece ao homem do campo a possibilidade de receber capacitação/treinamentos dentro do seu habitat, com o objetivo de trabalhar sua sustentabilidade, cidadania, geração de renda e apoio à agricultura familiar.

Essas instituições, além do objetivo primeiro, que é a formação profissional, têm também o compromisso de formar o indivíduo. Formar o profissional requer muito mais que “ensinar como se trabalha com uma serra elétrica”, pois é preciso conscientizá-lo da importância de seu papel na sociedade, como cidadão atuante e pensante.

A maioria dos egressos dos cursos oferecidos por essas instituições está no mercado de trabalho, enquanto aquele que não está trabalhando em área específica de seus cursos fez ou está fazendo algum curso superior em áreas afins; nesse caso, o curso técnico realizado contribuiu para o avanço e desenvolvimento de suas potencialidades.

Vimos, também, ao longo da execução desse trabalho, outras modalidades de cursos “profissionalizantes”: cursos oferecidos por projetos do governo (frentes de trabalho), por ONG’s ou, ainda, aqueles promovidos como ações sócio-educativas, vinculadas a projetos sociais e/ou de pastorais, como medida paliativa, na busca de auxiliar os indivíduos desempregados e sem qualquer tipo de capacitação.

Creemos que toda a iniciativa é bem vinda, mas não atende na totalidade à proposta pedagógica dos cursos profissionalizantes. Nesses cursos, busca-se atenuar a necessidade imediata de capacitação, recolocando as habilidades técnicas do desempregado “funcional ou informal” e/ou promovendo alguma ação política em épocas de campanhas eleitorais. Os conteúdos oferecidos por esses cursos ditos profissionais, muitas vezes, não contemplam a necessária formação profissional e de cidadania do indivíduo.

Pela nova LDB/96, o perfil dos cursos profissionalizantes propõe algumas diretrizes que esses cursos nem sempre atendem, como, por exemplo: carga horária ideal e conteúdos programáticos suficientes a uma formação adequada, para sua inclusão no mercado de trabalho com uma qualidade de mão de obra cada vez mais exigente.

Art. 39 - A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida futura.

Defendemos, para essas modalidades de cursos, maior acompanhamento dos órgãos públicos educacionais que assessoram sua demanda e oferta.

Justifica-se nossa preocupação com a formação desses indivíduos, porque eles geralmente são oriundos de classes menos favorecidas e requerem maior atenção quanto à sua formação inicial – possuem pouca escolaridade, quando não são analfabetos e muitos não têm qualquer qualificação profissional – vêm carregados de baixa estima e sem motivação para seu desenvolvimento pessoal.

Como vimos inicialmente, na modalidade formação continuada nas empresas, o enfoque é para uma área específica, sem muita preocupação com o ser humano, visando ao aprimoramento de um determinado setor ou departamento. Nos cursos profissionalizantes institucionalizados, a formação contempla, além dos conteúdos específicos, os de formação básica e de gestão.

Na formação básica, o aluno toma conhecimento de seu papel como cidadão atuante e pensante, de seus direitos e deveres, de seu comprometimento com a sociedade e com seu trabalho, sua vida. Ele tem a oportunidade de, por meio da aquisição de novos conhecimentos, ver o mundo sob outro prisma; buscar metas; realizar sonhos; interagir e trabalhar em equipe; enfim, de ser uma pessoa compromissada e responsável pelos seus atos e comprometida com o meio em que vive.

Nos conteúdos que tratam da gestão, o indivíduo tem a possibilidade de repensar sua carreira profissional, montar o próprio negócio, independentemente da necessidade de conseguir um emprego de carteira assinada ou de ser selecionado em concurso que lhe garanta um emprego fixo.

A legislação vigente, ao deixar de regulamentar um currículo mínimo para os cursos de ensino profissionalizante, não estabelece mecanismos de acompanhamento das instituições que oferecem esses cursos, classificando-os como cursos não formais. A falta dessa integração

de ensino formal regular com o “profissional” acaba por deixá-los sem identidade.

Considerando que, se a formação e a atuação dos adultos no mercado de trabalho de trabalho são dimensões de qualificação, a educação profissional não se realiza na totalidade, se não for trabalhada, paralelamente, às políticas de emprego e educação profissional. O trabalhador “se forma” na escola, mas se profissionaliza quando atua integralmente, no mercado de trabalho.

Concluindo, vemos a necessidade urgente de se trabalhar na educação de adultos, nos cursos profissionalizantes, os conteúdos apontados.

A transformação social almejada por muitos, em direção a uma sociedade mais humana, solidária e satisfatória, requer uma proposta educacional para todos os cursos profissionalizantes, que atenda às necessidades imediatas dos indivíduos, pois só assim será possível o resgate do ser humano comprometido com a ética e a responsabilidade com a vida.

Todavia, essa busca de transformação social almejada precisa partir do operariado, cuja maior participação na sociedade, por um lado, está sendo cobrada, quando se exige maior qualificação profissional, e, por outro, deve envolver uma preocupação das empresas e do poder público com a formação do cidadão atuante e participativo.

Notas

ⁱ SENAR- Serviço Nacional da aprendizagem rural – desenvolve ações de formação profissional rural e atividades de promoção social e geração de renda. SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. SESI - promove o aumento de escolaridade dos trabalhadores, por meio de programas de Educação Infantil, Ensino Regular e Educação de Jovens e Adultos, nos níveis Fundamental e Médio. Seus programas são desenvolvidos para atendimento à comunidade - por meio de programas regulares - e para as empresas, preparados sob medida, realizados no próprio local de trabalho ou nas unidades. SENAI – Serviço Nacional de aprendizagem Industrial - promove cursos visando à qualificação, requalificação e atualização profissional para os níveis operacionais, técnico e tecnológico das empresas. CEETEPS-UNESP - Centro Educacional Estadual e Tecnológico Paula Souza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTAN, L. *Aspectos da trajetória do ideal de liberdade na educação brasileira: 1930-1990*. Campinas, 1994. 122 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96, cap. III.

COSTA, A. C. A Educação profissional não-formal de nível básico: um instrumento de controle da questão social. *Trabalho & Educação*. Revista do NETE, FaE/UFMG- Belo Horizonte, n. 11, p. 67-81, jul./dez. 2002.

DELORS, J. (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir - relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. 2. ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 1999.

GALVEAS, E. C. *Para o melhor entendimento da função e estrutura do ensino profissionalizante na nova LDB 9394/96*. Disponível em: http://maxpages.com/elias/Ensino_Profissionalizante Acesso em 30/07/05.

LUSSARI, W. R.; SCHMIDT, I. T. *Gestão Hospitalar: Mudando pela Educação Continuada*. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

MARCONDES FILHO, O. *Jornalismo fin-de-siècle*. São Paulo: Scritta, 1993.

MORIN, E. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PEREIRA, P. R. N. A Reeducação do adulto no trabalho. *Pedagogia em debate: desafios contemporâneos*. Disponível em: <http://www.utp.br/mestradoeducacao/pedagog>. Acesso em 03/08/05.

TEDESCO, J. C. *Sociologia da educação*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

Recebido em maio de 2007

Aceito em novembro de 2007